

ETNICIDADE E MÍDIA

Dalmir Francisco
UFMG

RESUMO

Este artigo é uma versão do primeiro capítulo de minha pesquisa *Imprensa e racismo no Brasil* no qual aceitei o desafio de tratar do mote etnicidade e mídia. Nele, analiso o tratamento dado ao negro pela mídia impressa, que o apresenta como um ser silenciado e invisível.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo, etnicidade, democracia racial, racismo.

Neste artigo, analisarei o discurso jornalista e, nele, a expressão do racismo em duas reportagens publicadas pelas revistas *Marie Claire* e *Super TV* (encarte do *Jornal do Brasil*) e no noticiário da *Folha de S. Paulo* sobre a disputa política entre Celso Pitta e Luíza Erundina, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em segundo turno, em 1996. Esta análise – sobre como o negro, enquanto etnia aparece na mídia – está fundamentada nas teorias contemporâneas da Comunicação e do Jornalismo, no esforço de conceituar a prática (inclusive discursiva) do racismo no Brasil e das contribuições teóricas da Análise de Discurso.

O mote que me deram exige o questionamento: que é mesmo etnicidade? Qual a relação entre etnicidade e mídia? A palavra etnicidade reúne etnia e *idade*, sufixo que indica a propriedade de algo. O que seria propriamente próprio de etnia que etnicidade reúne e propõe? A palavra grega *etnia* deriva de *ethos*, e este termo, dizem os dicionários, quer dizer costume, hábito e, também, maneira de ser ou característica de uma pessoa (e de um grupo). Pode-se ir mais além: *ethos* é modo do ser humano, a cada experiência histórica, *ater-se* (arrimar-se, apoiar-se, confiar, */fidere/*, deter-se) e *conter-se* (compreender, encerrar-se) no mundo enquanto morada / porto que o desafia a *com + portar-se*, a compreender-se, dizendo-se no seu país, na sua paisagem. *Ethos* significa, portanto, pertença, ponto de ancoragem e, portanto, porto. Instalar-se em um território e comportar-se significa preservar-se enquanto ser humano que se põe ao abrigo do perigo da despersonalização dada pelo isolamento, pela solidão radical que me atenta para a ausência do ausente.¹

O comportar-se instala e abriga o ser humano num território – dimensão espacial e temporal da humanidade que é humanizada conforme se humaniza. O *ethos*, por isso, enquanto raiz de etnia, requer comportamento assegurado da pertença ao gênero humano e conduz a uma ética. *Ethos* e etnia reclamam a ética que, assim, andam juntas, de modo

¹ HEIDEGGER. *A origem do pensamento ocidental*.

que ser e dizer são juntos, junção e juntura, busca de harmonização do ser humano que se diz, compreendendo o mundo. Etnicidade é, pois, modo de grupos e de indivíduos que buscam – na junção e juntura do ser-dizer a harmonização que não alcança, mas que busca a identidade ou o desejar ser em si mesmo, consigo mesmo, por si mesmo, o mesmo.²

A ética que impulsiona o comportar-se que assegura a pertença ao grupo é o que se pode identificar como o propriamente próprio da etnicidade, no que se refere ao negro. E é esse esforço de instalação, de morada, de reterritorialização do negro, no espaço da diversa sociedade democrática brasileira, que põe sentido no mote etnicidade e mídia. E o que é mídia? Talvez, o melhor caminho para a resposta seja buscar dizer algo sobre a comunicação na sociedade contemporânea.

COMUNICAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE

A sociedade pós-moderna ocidental contemporânea é a sociedade que perdeu seus referenciais, sociedade que mais se debate, que enfrenta a crise da verdade, do sujeito, do espaço e do tempo. Mas é a sociedade que se coloca a si mesma como objeto de pesquisa, de estudos, de reflexões – que visam, nos mais variados campos das Ciências Humanas e Sociais, dar conta da realidade social, do seu funcionamento, dos seus dilemas, das possíveis soluções.

A crise da verdade, do sujeito, do espaço e do tempo reflete, também, a relação com o outro. O outro pensado / concebido como objeto e que é, de fato, excluído, desaforado, desterritorializado. Porém, na sociedade pós-moderna, o outro in-siste, per-siste e insurge pela ação do trabalhador (no lugar da classe operária / revolucionária), da mulher (no lugar do *segundo sexo*), do *gay* (no lugar do homossexual), dos ameríndios, dos asiáticos, dos negros-africanos e dos afro-brasileiros (no lugar de primitivos contemporâneos).

A pós-modernidade significa a implosão do projeto iluminista-modernista, mas também colonialista e imperialista. O Ocidente vive uma situação de explosiva pluralização, o que bloqueia a concepção da história como unitária: as sociedades são plurais, o mundo é plural e é etnocentrismo insistir na busca da coincidência entre a boa consciência e a história. O projeto universalista, denunciado pelo pensamento e pela reflexão teórica foi confrontado, também, pela reação dos dominados contra o colonialismo, contra o imperialismo e contra o ideal europeu de emancipação³.

Analisando a comunicação na sociedade contemporânea, Lucien Sfez afirma que o homem ocidental conforma-se com o desaparecimento de Deus, da História e dos grandes símbolos unificadores (a igualdade, a Nação, a liberdade). A perda dessas referências resulta no vazio e a comunicação nasce como possível forma de unificar o que está estilhaçado – campo de simulação como condição de (re)criar a realidade, pois só a comunicação pode unificar um universo que perdeu a referência.⁴

² HEIDEGGER. *Conferências e escritos filosóficos*.

³ LYOTARD. *A condição pós-moderna*; HARVEY. *Condição pós-moderna*; D'AMARAL. *O homem sem fundamentos*.

⁴ SFEZ. *Crítica da comunicação*.

Mas a sociedade pós-moderna perdeu a dimensão social e o vínculo social? Não. O vínculo social, na sociedade contemporânea, não desapareceu, mas se dá através da afirmação das particularidades, especialmente no campo do Direito e dos jogos de linguagem, das redes comunicacionais que atravessam os indivíduos e são atravessadas pelos indivíduos: a ênfase da identidade social está na estabilidade, mas, igualmente, no transitório, na instabilidade, no refazer contínuo (dogma da infalibilidade papal convivendo com o carismático cristão católico que recebe e incorpora o Espírito Santo; evangélicos que deveriam adotar o livre-arbítrio, responsabilizando o demônio por todos os males ou Comunidade de Axé, iniciática, convivendo com a mediática axé music).

Para o pensador italiano Gianni Vattimo, “a libertação das muitas culturas” tornada possível “pelos *mass media* desmentiu precisamente o ideal de uma sociedade transparente”. A existência de vários canais de rádio e de televisão e a multiplicidade de jornais e de revistas impressas não teriam sentido “num mundo em que a norma fosse a reprodução exata da realidade, a perfeita objetividade, a total identificação entre mapa e território?”⁵. E essa implosão traz consigo a explosão das vozes da heterogeneidade, da pluralidade, em um espaço público virtual, fragmentário e volátil que são os *mass media*, pelos *mass media* e apesar de, ou contra todas as formas de controle do saber/informação.

Segundo Gianni Vattimo, a crítica pessimista dos *mass media* é fundada no iluminismo, no projeto emancipador-progressista que envolve Hegel e Marx, positivistas e historicistas: nenhuma das previsões sobre a catástrofe que deveria ser gerada pela comunicação massiva se confirmou. O jornal, o rádio, a televisão, seguramente, foram fomentadores das ditaduras e dos totalitarismos – mas, antes, multiplicaram as visões de mundo, conformando campos de irrupção do colonizado, da mulher, do negro, do homossexual, do imigrante. Nas sociedades de massas, os indivíduos só podem ter acesso aos fatos (*factum*=feito) de seu interesse (*inter* + *est* / *inter*+*esse* = estar dentro sem isenção) – mas que são distantes de seu território – através da informação *mediada* pelas mídias.

Nestas sociedades, os indivíduos estão, em larga medida, mediatizados em sua experiência vivencial: a relação face a face, o conflito corpo a corpo, a solidariedade ombro a ombro são substituídos pela organização virtual do espaço e do tempo, projetados pela mídia enquanto extensão do homem, mas, também, enquanto técnica que gera o espaço-tempo artificial, mediado pelo *hardware* que exige o domínio técnico do *software*. Nesse nível macro, a comunicação só se realiza pela, na e através da mídia, pela, na e através da linguagem e é por isso que a comunicação mediática estabelece, instrui, forma, educa, ou *institui* o real.

A Comunicação mediática não impõe, simplesmente, interpretações de fatos. A mídia é obrigada a considerar as forças da sociedade democrática e as forças do mercado. Além disso, sua cultura comunicacional contemporânea instala um espaço-tempo acima de obstáculos materiais e ou de distâncias espaciais e temporais, esvaziando o aqui e o agora, o local e o global estatui, também, uma nova polaridade: desterritorializa ao mesmo tempo em que reforça o apego aos territórios⁶. A comunicação mediática é, por excelência, campo

⁵ VATTIMO. *A sociedade transparente*, p. 13.

⁶ BAUMAN. *Globalização*, p. 13-62.

de disputa (por seleções, escolhas, supressões) e de limitação de campos de construção de mensagem. Em resumo:

A) a mídia co-produz a mensagem. Ou seja: os meios impressos, reproduzidos em centenas de milhares de exemplares, alteram o conteúdo da escrita, do mesmo modo que o rádio e ou televisão alteram a fala radiofonizada e a narrativa imagética – alterações que determinam o que pode e sobre o que não se pode escrever, falar, mostrar;

B) se há o que pode ser escrito, falado ou mostrado necessariamente o que pode dar-se-a-conhecer pela mídia será delimitado a determinados campos de saber ou de conhecimento, campos semânticos definidos como comunicáveis, relacionados com o fazer humano ou com o ato, o movimento e o discurso ou a declaração. Sodré e Ferrari definem a notícia como conhecimento atual e comunicável de assuntos de interesse da comunidade politicamente organizada. Na mesma direção, Lage conceitua a notícia como conhecimento fragmentário restrito a três campos semânticos – do agir, do ir-e-vir e do declarar – isto é, fragmento de aparência relativo ao *homo faber*⁷. De minha parte, cabe aduzir: a notícia nasce no social e ao social retorna, pois não há comunicação humana possível fora de um quadro de referência comum – língua, linguagem, relações socioculturais.

C) o que pode ser conhecido e *dar-se-a-conhecer* é delimitado semanticamente e tecnicamente: a mídia é competência ou poder agendar, poder dizer, poder mostrar, hierarquizar temas e poder fazer crer (neste sentido, a mídia atinge diretamente as possibilidades de conhecimento, capacidade cognitiva ou a própria razão).

A produção do conhecimento sobre a sociedade e sobre assuntos de interesse dos indivíduos, repousa em certo saber, certa competência para contar os feitos, os fatos, torná-los acontecimento. Em conseqüência, a mídia (especialmente o jornalismo) escreve sobre a história, referenciada nos fatos do cotidiano, valorizando arquivos, estatuidando continuidades ou descontinuidades, recortando ou fazendo falar ou silenciando certos documentos – como dispositivos que permitem constituir um discurso sobre algo. Não será o racismo *arquivo* e dispositivo ou equipamento que permite uma certa escrita sobre o negro ou o afro-descendente?

RACISMO E MODOS DE VER O NEGRO NO BRASIL

A identidade é jogo de semelhança e diferenciação, e esse jogo é *linguageiro*. Esse jogo conforma um modo de ver a si mesmo como idêntico e ver o outro como diferença, mas diferença concebida como tal e, portanto, diferença como reafirmação do si mesmo ou da mesmidade. Há, portanto, modos de ver o negro (e de ver o branco) que convém estudar, pois que aparecem na produção de noticiários e de reportagens, nos jornais impressos brasileiros, assim como na produção jornalística ou cultural radiofônica ou televisiva.

O primeiro modo de ver o negro no Brasil, o mais difundido e praticado, é tributário da conservadora (e não raramente reacionária) narrativa da história do Brasil como construção de uma comunidade tangida pela harmonia das raças: o Brasil estaria

⁷ SODRÉ e FERRARI. *Técnica de reportagem*; LAGE. *Ideologia e técnica da notícia*.

constituindo um único e unitário povo, fruto de sucessivos caldeamentos raciais entre o branco europeu, o negro africano e o ameríndio. Como se pode, desde já perceber, eis o modo de ver que objetiva fazer desaparecer o outro, o negro ou ameríndio, mestiço, não-branco, indesejável que deverá diluir-se (misturar, desfazer-se /*diluere, lavare* / lavar), ou desaparecer numa metarraça.

Esse modo de ver, para fazer desaparecer (o negro), é muito difundido, tanto em nível de refinados ensaístas e cientistas sociais, como entre dirigentes políticos, assim como é assimilado e reproduzido, ao que tudo indica, pela maior parte da população, seja entre brancos, seja entre negros, mestiços ou não-brancos.

Nesta fantástica narrativa, a democracia e a igualdade dependeriam da miscigenação. Esse pensamento está na origem da recriação do racismo à brasileira – recriação presente em duas propostas de política racial de controle da mobilidade de classe e ideologia racista de direção de classe: a primeira foi o branqueamento arianista de Oliveira Viana, a segunda proposta de política racial de controle da mobilidade de classes e de ideologia racista de direção de classe está na democracia racial⁸.

A “democracia racial” – projeção da civilização da morenidade ou a narrativa de uma futura metarraça, pela qual o negro foi (ex-escravo ou o ser que não é mais), é ser que não permanece (vai se diluindo / *diluere / lavare* / lavar) e que não será no futuro, confundido na futura morenidade. Essa narrativa cumpre bem menos o papel de dissolvente dos extremismos não acomodados, desempenhando, de modo inequívoco, a função política de mascaramento da contradição de classe, de esvaziamento de conflitos de classe – reais ou potenciais.

Em resumo, a democracia racial é processo de subalternização de negros e de não-brancos que se expressa: 1) na sobrevalorização étnico-cultural e racial do branco; 2) na desvalorização étnico-cultural e racial do negro afro-brasileiro; 3) no uso da valorização do branco e da desvalorização do negro e do mestiço para reforçar, política e ideologicamente, a suposta legitimidade da divisão social do trabalho, da riqueza e do poder capitalista e, portanto, do poder e domínio, em nível estrutural, da classe dominante branca ou “brancarana”; 4) e, finalmente, na imposição da identidade nacional como luso-tropicalismo, fundada na mestiçagem e no sincretismo cultural, gerando uma homogeneidade que a todos os brasileiros unificaria – de sorte que, falar em negro ou em racismo consistirá em negar a identidade nacional e pôr em risco a unidade territorial e o ideal de nação que deverá vir a ter, no futuro, população racialmente homogeneizada, uma meia raça, uma metarraça.

Parece inquestionável: não existe, no Brasil, um racismo legalizado. Entretanto, não é muito difícil apontar institucionalização do racismo, recriado e re-elaborado, no Brasil, estatuído pela democracia racial, e que está presente no fechamento, para negros, mestiços descendentes de negros e não-brancos em geral, da mobilidade vertical e horizontal. O racismo à brasileira, formulado como democracia racial, está presente nas formas abertas ou sutis de discriminação e de repressão às formas laicas e religiosas de manifestação privada ou pública da cultura afro-brasileira.

⁸ FREYRE. *Casa grande e senzala e Sobrados e mocambos*.

Democracia racial não significa convivência harmônica de raças diferentes. Significa, ao contrário, predominância da raça e da classe ou elite dominante branca e, primeiro luso-tropical e, contemporaneamente, euro-americana, que admite a miscigenação, assinala valores culturais das etnias social e racialmente inferiores (as “de baixo”) e tolera a mobilidade vertical e horizontal de mestiços ou de mulatos (técnica e intelectualmente preparados para exercer funções de direção), mas – urge assinalar – não para o usufruto do poder.

O caráter democrático das relações raciais estava na miscigenação, portanto, no desaparecimento, pela mestiçagem, do negro, do índio e do branco proletário, estes que seriam, desde já, não povo, mas massa predita hoje, como povo metarracial de amanhã: futuro que, discursiva ou narrativamente, pode ser presentificado.

As raças não eram importantes no presente e não existiriam no futuro, pois seriam diluídas na meia-raça brasileira. Se as raças não importam, no presente, importam menos os indivíduos identificados como pertinentes ou descendentes de determinadas das raças, pois esses indivíduos estariam descartados no presente como indesejáveis fontes de extremismos (ou de conflitos) não de todo acomodados e descartados no futuro, pois lá não existirão.

A imagem (*phantasia*) de uma nação aparece como arquétipo fantástico da potência industrial, futura grandeza, apaziguada, pacifista, sem lutas de classes, sem conflitos raciais ou “maldição da cor”. Antes de tudo, a nação-pátria-Estado é patrimônio das elites e a lógica patrimonialista – segundo Francisco Dória e Muniz Sodré – coloca, em primeiro plano, os bens de família e a transmissão dos bens de família – o que inclui o controle dos mecanismos de acesso ao poder.

Em resumo: esse modo de ver o negro e o mulato (excluídos como diferença absoluta ou incluídos como seres assimiláveis e diluíveis em termos raciais e culturais) é etnocêntrico porque só o desaparecimento do negro e do mulato e a constituição de uma metarraça permitiriam a homogeneização cultural e a harmonia social – enquanto fundamentos da democracia racial. Esse modo de ver, hegemônico, é, ainda, autoritário por três razões: a) tentativa de impor a cultura européia, de origem lusitana, como superior e a única cultura válida para todos e negação de todas as outras; b) imposição da interpretação do problema negro como social e não racial e c) projeção do desaparecimento do negro, através da miscigenação que estabelecerá, desde agora, a igualdade e harmonia racial pela indiferenciação na civilização da morenidade.

Um segundo modo de ver o negro, no Brasil, é fruto da pesquisa e reflexão científica e crítica e, pelo que é possível constatar, é largamente tributário das contribuições políticas e críticas, do movimento social negro dos anos de 1920 (Imprensa Negra) e dos anos de 1930 (FNB) e dos anos 40 e 50 (Congressos Afro-Brasileiros e Teatro Experimental do Negro). É tributário, também, dos ideais de harmonia racial e de democracia racial, como algo que não é ainda, mas que desejavelmente será.

Esse modo de ver, científico, é crítico da ideologia que pintava o Brasil como paraíso da democracia racial. Mas expressa quatro características que tornam esse modo de ver crítico, à esquerda, subalterno ao modo de ver para fazer desaparecer o negro, e que são: 1) concepção de classe social reduzida ao econômico – seja em termos estruturais, seja em termos de mobilidade social; 2) concepção a-histórica e “a-crítica” do preconceito de cor; 3) o modo de ver crítico científico apresenta mais uma semelhança: a concepção do negro

ou do mestiço, como indivíduo de cor, isolado social e politicamente e como ser sem história, numa abusiva identificação, negro= a raça e= a cor; 4) por fim, o modo de ver científico e crítico revela a indisfarçável crença na democracia racial, que ainda não funcionaria ou que ainda não existiria, mas a democracia racial seria devir ideal e desejado.⁹

AFRO-DESCENDENTE, PATRIMÔNIO E HERANÇA¹⁰

Há um terceiro modo de ver o negro, que emerge nos anos 70, forjado tanto por lideranças religiosas e culturais negras, como por cientistas sociais. Segundo esse modo de ver, mesmo submetido à escravidão, mesmo marginalizado pelo processo abolicionista e pela república, mesmo humilhado pela discriminação racial, mesmo empurrado para a periferia e para as favelas, mesmo reprimido em suas manifestações culturais, o negro foi e é sujeito de sua história e de seu destino e da possibilidade de destinação.

Essa literatura, de meados dos anos 70 para cá, está indicando o seguinte: não são as dificuldades sociais e econômicas que identificam o negro. O que identifica o negro é o que e de que forma o negro atua para ser étnica e culturalmente negro, a partir de um certo ambiente e de certas condições históricas.

Ou seja, o negro, logrou preservar, reelaborar, sustentar e desdobrar a herança cultural africana recebida (tradição é o que se entrega e o que se recebe), apesar de imerso em condições socioeconômicas e políticas adversas. É este processo que tornou possível ao negro, coletiva e individualmente falando, recriar e restabelecer, no Brasil, sua identidade humana (social, política, cultural).

A identidade humana não se esgota no plano racial ou da cor da pele. Consideramos a alternativa negro, negro-mestiço, plena e legitimamente substituível por afro-brasileiro ou, ainda, afro-descendente, o que possibilita superar certa determinação imposta tanto pelas teorias racistas, como por certas posições ideológicas que reivindicam, à direita e à esquerda, a identidade exclusivamente racial para o negro, no Brasil. Para além da raça e da cor da pele, há a etnia, e essa concepção possibilita maior compreensão da autenticidade e da originalidade dos afro-descendentes e da cultura afro-brasileira, bem como compreender os seus desdobramentos e reelaborações, adaptação e afirmação, no contexto sócio-histórico brasileiro.

Essa identidade (mesmidade) e criação de traços de identificação (consigo mesmo, na mesmidade e na diferença) orientam o afrodescendente, diretamente, no processo de afirmação e, em decorrência dessa afirmação, no processo de resistência e ou de acomodação – de modo a efetivar-se como parceiro dos não-negros, ator que ajuda a configurar a história brasileira, enfrentando opositores de classe ou de etnia, traçando alianças e construindo-

⁹ Em termos marxistas, esse desejo se expressaria na seguinte comparação: assim como, em termos capitalistas, a burguesia é a tese, o proletariado, a antítese, e a sociedade sem classes do futuro, a síntese – no Brasil, o branco seria a tese, o negro seria a antítese, e a futura sociedade, sem divisão de classes e sem distinção de cor seria a preciosa síntese (SARTRE. *Reflexões sobre o racismo*, p. 105-149), ou seja, a aceitação a-crítica da harmonia racial, decorrente da miscigenação, implica a legitimação de uma proposta essencialmente etnocêntrica que é a democracia racial.

¹⁰ Valemo-nos aqui de nosso trabalho. Cf. FRANCISCO. Negro, etnia, cultura e democracia, p. 164-197).

se como parceiro da sociedade e diferenciando-a, de modo que a brasilidade só ganha sentido se, e somente se, for compreendida como diversidade cultural e pluralidade étnica.¹¹

O modo de ver para fazer desaparecer consubstanciado na proposta da democracia racial é hegemônico pois não foi suficientemente criticado pela produção científica e crítica da Sociologia (especialmente a paulista), nem pelo modo de ver o negro como ser e sujeito de sua história e na história que compartilha com os demais parceiros da sociedade.

A democracia racial constitui a forma do racismo / etnocentrismo no Brasil – ao estatuir a política racial de controle da mobilidade de classe segundo uma política e ideologia de valorização racial e étnica dos grupamentos que compõem as classes sociais. Esse modo de ver constitui o arquivo e o dispositivo que orienta as interpretações sobre o negro, sobre o movimento social negro e sobre a cultura afro-brasileira. Constituem, assim, enquanto dispositivo e arquivo as macromarcas discursivas racistas presentes nos discursos, inclusive o jornalístico, em palavras e em expressões-chaves – frutos de seleções, de escolhas e de supressões que resultam em tratamento discriminatório do negro. Eis a análise.

JAZZ, ESPIONAGEM E DROGA

A revista *Marie Claire* (junho/1992) traz reportagem sobre “Washington: mistério na capital do prazer”, sede da burocracia dos Estados Unidos da América, que sobreviveria entre coquetéis e festas diplomáticas nos jardins da Casa Branca, “passeios de iate nos rios, sexo, droga e jazz”. A reportagem diz que Washington é uma cidade cinematográfica que “está mais perto de Hollywood, pois ao mesmo tempo em que registra elevado índice de criminalidade (...) acentuada disseminação de drogas de todas as espécies, e uma população negra majoritária (...) a cidade expressa em cada esquina sua vocação para a espionagem”.

A associação (ao que parece, inconsciente) entre assassinatos, drogas e uma população negra majoritária revela, numa revista que procura ser politicamente correta, uma boa pista para discutir o grau de comprometimento da formação social e cultural (ética) dos brasileiros – e, por extensão, dos jornalistas – com a ideologia ou certo imaginário racista.

BERRO, CISMA E RESMUNGO

A revista *Super TV*,¹² sob o título “Queremos raça”, traz reportagem sobre a questão racial na televisão. A reportagem, na página 3 da revista, pergunta, com o subtítulo “Ajuste de cores”, se existiria racismo na TV. A reportagem é aberta com um intrigante nariz de cera:

Em televisão, a briga dos negros era para entrar pela porta de serviço. Antigamente, pretos só apareciam em comerciais se estivessem fugindo da polícia. Hoje, o ator Norton Nascimento cisma, veste uma bata africana e sai de casa para comprar pão e leite. Zezé Motta, quando jovem, sonhava em perder o espaço negro em sua anatomia.

¹¹ Ver: BASTIDE, 1973; ELBEIN DOS SANTOS, 1976 e 1997; NASCIMENTO, 1982; LARKIN NASCIMENTO, 1982; LUZ, 1983; SANTOS, 1988; SODRÉ, 1983 e 1988.

¹² *Jornal do Brasil*, 20-26 jul. 1997.

A reportagem registra uma efetiva discriminação contra o negro nas novelas que escondem a realidade brasileira, na seleção de atores (modelo negros mais próximos do branco) e no nível de renda (atores brancos ganham mais do que negros). Porém, há na escrita, atos falhos, deslizamentos, e um modo de ver o negro que é subalternizador e racista. Na primeira frase, a lembrança de que negro não deveria entrar pela porta da frente, a ironia traduz um deslize: na televisão, “a briga dos negros seria para entrar pela porta de serviço”. A arte de atores e atrizes negros é serviço?

Um segundo deslizamento é o falseamento da história, caricaturada: “antigamente, pretos só apareciam em comerciais se estivessem fugindo da polícia”. Mas, hoje, um bem sucedido ator (Norton Nascimento) “cisma, veste uma bata africana e sai...” Façamos mais uma marcação: Cisma / cismar, além de separação, excomunhão, dissidência de opinião e preocupação, é também ato de teimar, insistir, antipatizar-se e até ruminar. Na foto, o ator é sorridente, orgulhoso em sua indumentária afro-brasileira, nada aparentando de *cisma*. E a legenda denuncia o pronunciamento dos repórteres: “Norton Nascimento usa roupas afro por militância. É importante para a nossa visibilidade, diz o ator”. Se o ator quer ser visto e identificado como militante, onde está a *cisma*, em relação a quem e a quem?

A reportagem denuncia a discriminação salarial de atores negros em relação a atores brancos, afirma que a situação do negro melhorou – mas anunciam o inconformismo dos negros, diante da discriminação, com a frase ofensiva: “Mas o berreiro continua” – e no lugar de falar, de denunciar, põe-se o ator a berrar: dizer aos berros, clamar, vociferar ou falar com ira.

A pontuação das declarações de atores e professores negros ou afro-descendentes revela certo desleixo com o tema. A entrevista feita com o ator e diretor Milton Gonçalves fortalece a suspeita:

O combativo Milton Gonçalves – relatam os repórteres – se queixa de outra coisa. O que me dói é que bons personagens para negros são exceção. Sinto falta de papéis com ambigüidade. Ninguém é bom ou mau 24 horas por dia, pondera o diretor não reconhecido da novela *A escrava Isaura*. Meu nome ficou lá na rabeira dos créditos, resmungo.

A pontuação (remate através do verbo resmungar) denuncia a má vontade dos repórteres: resmungar é pronunciar confusamente, por entre os dentes, com mau humor, falar geralmente com rabugice. A denúncia da discriminação é transformada em resmungo.

Os repórteres entrevistam e assumem o questionamento feito por Muniz Sodré, indagando por que os autores de novelas não criam estórias “passadas em comunidades nas quais os negros, obrigatoriamente, seriam protagonistas?” Os repórteres buscam a resposta e promovem um confronto hilariante entre o diretor Walter Avancini, da novela “fracassada” *Brasileiros e brasileiras*, do SBT, e o diretor geral da Bandeirantes, Rubens Furtado:

Em *Brasileiros e brasileiras*, do SBT, o Avancini botou gente feia e mal vestida. Talvez tenha sido um de seus maiores fracassos, avalia o diretor geral da Bandeirantes, Rubens Furtado. O diretor da novela protesta. Não tinha ninguém feio, diz Avancini, enumerando atrizes como Carla Camurati e Isadora Ribeiro. O problema foi de criação. A gente não soube abordar o tema.

Os repórteres deixam passar, acriticamente, a dupla confissão de preconceito e incompetência: um diretor diz que a novela *Brasileiros e brasileiras* fracassou porque tinha

“gente feia e mal vestida” e o outro diretor contesta, cita atrizes bonitas e diz que a novela fracassou por *não* saber abordar ou criar o tema.

Mas não deixam passar sem ironia a denúncia (corajosa) da atriz Zezé Motta, que afirma que a “Globo mandou o Ricardo Macchi estudar nos Estados Unidos. Duvido que fizessem isso com um negro”. A ironia dos repórteres que transforma denúncia em queixume não pára aí. A atriz Taís Araújo é apresentada como “alheia à discriminação: Ignoro totalmente o preconceito.”

A denúncia de Zezé Motta é convertida em queixume e é confrontada, pelos repórteres, com as declarações de outras atrizes. Os repórteres montam um debate que, de fato, não aconteceu. Na confrontação, a ironia se mistura à zombaria, em frente à contradição que os repórteres inventam entre os depoimentos de atrizes negras.

Esse esforço dos repórteres chega à grosseria, quando colocam em choque as atrizes Zezé Motta e Lucimara Martins. Zezé Motta – em uma entrevista – insiste na denúncia sobre o estreito caminho profissional para os atores negros na televisão: “O espaço é maior para atores mestiços do que para os negros de lábios grossos e cabelo duro. Parece preconceito ao contrário, mas é muito grave porque mexe com a auto-estima do negro”.

A atriz, como exemplo dessa baixa auto-estima, conta que, quando adolescente, queria fazer plástica (bem diferente de desejar ou sonhar “perder o espaço negro em sua anatomia” e seu depoimento é posto em confronto com as declarações da atriz Lucimara Martins, que fez plástica para afilar o nariz e que não admite “patrulha”.

As declarações das atrizes Lucimara Martins e Thais Araújo parecem contradizer a colega Zezé Motta: “acham que a gente sempre está querendo embranquecer”, diz Lucimara Martins, enquanto Thais Araújo afirma não gostar “de quem reclama. Vai trabalhar, fazer sua parte.” Seguramente, as atrizes não fizeram referências às queixas, nem aos resmungos atribuídos à atriz Zezé Motta e ao ator Milton Gonçalves. Cabe questionar: o que tem a ver a denúncia de que não há oportunidades para atores negros (realidade coletiva descrita pelos repórteres) com destinos e oportunidades pessoais bem administradas por atores individuais?

Confronto e contradição foram armados pelos repórteres que, a partir de falas independentes, procuraram construir o consenso e o dissenso, operações que permitiram um indisfarçável deslizamento – a reportagem sobre o racismo na televisão é convertida em matéria sobre diferenças de desempenho individual de atores e atrizes negros. O que pode significar esse deslizamento?

DO NEGRO DITO BRANCO SAFADO

Eram 16 de novembro de 1996 e a *Folha de S. Paulo*, como de resto todos os jornais de São Paulo, Capital, mais comemorava do que anunciava a vitória do candidato então pebequista e malufista, Celso Roberto Pitta do Nascimento, de 50 anos, carioca de nascimento, economista, mestre em transportes pela Universidade de Leeds, na Inglaterra, e mestre em administração pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Pela primeira vez, os paulistanos elegeram um negro para a prefeitura da capital do Estado e a maior cidade da América Latina.

No dia anterior, 15 de novembro, data da realização do segundo turno das eleições para a Prefeitura de São Paulo, meia hora depois de abertas as urnas, Celso Pitta, ex-

Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo, protegido e indicado sucessor do então Prefeito Paulo Maluf, já vencia as eleições com 62,20% dos votos válidos.

Pitta derrotou, com humilhação, sua rival em segundo turno, Luíza Erundina, ex-prefeita de São Paulo, ex-Ministra da Administração no governo do Presidente da República Itamar Franco, ex-deputada federal e ex-vereadora, Assistente Social, socialista, petista e, durante muito tempo de sua militância política, conhecida por causa de sua radicalidade, como xiita. Xiita assumida e competente, pois que durante as eleições denunciara o envolvimento direto – depois, comprovado – de Celso Pitta com o que ficou conhecido como escândalo dos precatórios.¹³

Com efeito, a derrotada Luíza Erundina, no caderno especial sobre as eleições municipais, da *Folha de S. Paulo*, protestava contra o presidente Fernando Henrique Cardoso, que atrasara a liberação de documentos que deveriam comprovar as ações irregulares de Celso Pitta, com os precatórios e com o superfaturamento de obras. Mas, ao que tudo indica, Celso Pitta teria caído no gosto do paulistano.¹⁴

Pitta venceu com folga em todos os segmentos do eleitorado: esteve à frente da nordestina Luíza Erundina entre os eleitores brancos (23 pontos percentuais de vantagem sobre a candidata do PT), entre os eleitores de cor parda (8% de vantagem) e entre os eleitores negros (16% de vantagem).¹⁵

No dia 5 de novembro, faltando dez dias para a votação, a *Folha de São Paulo* informava que 51% dos negros iriam votar em Pitta, enquanto Luíza Erundina contava com o apoio de 35% dos negros. Naquela edição, o jornal informava – na forma de anúncio simples e “a-crítico” – que “Luíza Erundina afirmara que seu adversário, o pepebista Celso Pitta, teria a cabeça e o comportamento de um branco safado”, pois que jamais teria tido “compromisso com a raça negra, com as lutas pela emancipação dos negros”.¹⁶

Enquanto o então Prefeito Paulo Maluf e o seu candidato, Celso Pitta, denunciavam a “baixaria” de Luíza Erundina, o jornal *Folha de S. Paulo* se calava sobre o ataque racista explícito, feito por uma liderança política de origem nordestina, socialista e com um bom currículo de serviços prestados à luta pela democratização no Brasil.

No dia 6 de novembro, a *Folha de S. Paulo* não deu uma única notícia sobre o fato. Mas o fato não passou em branco para o articulista Nelson de Sá, que escreveu: “Se mérito houve na grosseria de Erundina, foi abrir a questão racial, que vinha ‘cordial’. Levantou-se

¹³ Em 2 de março de 1998, depois da CPI dos Precatórios, Celso Pitta e Paulo Maluf foram condenados, em primeira instância, pelo desvio de 1,23 bilhão de reais, no caso da emissão fraudulenta de títulos públicos para pagamento de dívidas judiciais (precatórios). Depois, em 28 de maio de 98, em Santa Catarina, o Governador Paulo Afonso Vieira foi indiciado pela mesma acusação, que envolveu, ainda, o ex-governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho (governou de 1991 a 1994) e cujos bens foram bloqueados por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 13 de maio de 1998. O escândalo dos precatórios envolveu, também, o então governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, que emitiu títulos públicos para pagar dívidas judiciais, mas usou o dinheiro para outros fins, inclusive o pagamento de salários do funcionalismo estadual pernambucano. Cf.: CD-ROM – Almanaque Abril. Política – retrospectiva de 1998. São Paulo: Ed. Abril, 1999.

¹⁴ Quando lançado candidato, tinha pouco mais de 3 por cento das intenções de voto, para terminar a disputa em primeiro turno, com mais de 40% dos votos válidos.

¹⁵ Cf. *Folha de S. Paulo*, 2 nov. 1998. Primeiro Caderno, p. 5.

¹⁶ Cf. *Folha de S. Paulo*, 5 nov. 1998. Primeiro Caderno, p. 5.

(sic) inesperadas reações, de espectadores dizendo, por exemplo, para ela ‘voltar para a Paraíba’. Abriu-se a questão racial e tudo subiu”.¹⁷

O repórter cita um cientista político (Bolívar Lamounier) a quem é atribuída a declaração de que o “Brasil deveria ignorar, na vida política, a questão racial” e do repórter José Paulo de Andrade, da emissora de rádio paulistana Bandeirantes, que questionava se todo negro que ascende socialmente, seria obrigado a “lutar pela sua causa”. Para o repórter comentarista o “vexame de Erundina escancarou o outro lado da eleição”.

A *Folha de São Paulo*, entretanto, manteve-se em silêncio sobre a disputa entre dois imigrantes para a prefeitura de São Paulo: uma mulher nordestina versus um carioca negro. No dia 7 de novembro, o mesmo repórter Nelson de Sá voltou a comentar a agressão racista, repercutindo o fato no âmbito da campanha eleitoral.

E, no dia 9, a *Folha de São Paulo* publicava, na primeira página, do primeiro caderno, fotografia de Luíza Erundina e de Luiz Inácio Lula da Silva, foto que mereceu a seguinte legenda: “Carreata de Luíza Erundina e Lula com fitas na cor do Movimento Negro”. O que o repórter da *Folha de São Paulo* constata é o silenciamento da mídia diante da disputa entre dois segmentos discriminados em termos raciais e de origem – uma mulher nordestina e um negro.¹⁸

CONCLUSÃO

A sociedade pós-moderna ou contemporânea, inclusive a brasileira, tem sua sociabilidade co-determinada pela comunicação mediática, em relação ao ser, pensar, dizer, fazer, mover contingenciados pela dimensão moderna e pós-moderna do *homo economicus*.

A sociedade brasileira expressa uma sociabilidade racista – via hierarquização racial e, depois, social, posta pela política racial de controle da mobilidade intergeracional de classes e de controle do acesso à riqueza e ao poder, mais conhecida como democracia racial. Essa sociabilidade se suporta na narrativa de uma mítica nação brasileira, ente-porvir que, constituindo uma civilização (raça) da morenidade, realizaria, nos trópicos, o alto grau de desenvolvimento da cultura européia.

Por essa narrativa, o negro e o negro-mestiço não são mais, pois não são mais escravos: foram; não são mais, pois vão se diluindo, quer pela miscigenação, quer pela confusão do negro = pobre = massa brasileira; o negro ou o negro-mestiço não serão, pois a miscigenação vai construindo o futuro, um porvir que na vinda vai fazendo desaparecer o negro. A comunicação mediática não está à margem dessa sociabilidade profundamente racista e o racismo (macromarca discursiva ou cena enunciativa) orienta a produção de notícias e de reportagens – informações conjunturais altamente discriminatórias.

No discurso assujeitado ao racismo, o negro que pode aparecer é o ser que foi africano escravizado e que depois se tornou ser que vai se diluir na metarraça e na massa proletária brasileira. Não tem história, e seu passado – se existiu – ficou na África. Esse traço – que constitui a macromarca discursiva – sobre o negro, desdobra-se em micro-marcas ofertadas

¹⁷ Cf. *Folha de S. Paulo*, 6 nov. 1998. Primeiro Caderno, p. 5.

¹⁸ Cf. *Folha de S. Paulo*, 9 nov. 1998. Primeiro Caderno, p. 1.

pela escrita (construções frasais, imagens, palavras ou locuções verbais e ou nominais). De início, no plano das micromarcas da escrita, cumpre destacar os traços abaixo descritos, constantes no discurso jornalístico simpático ao negro.

Em primeiro lugar, e do ponto de vista social e cultural, temos fortes indícios de uma deliberada decisão político-editorial de tratar, obliquamente, a questão do racismo, quando há confronto direto de interesses ou disputa explícita entre negro e brancos. O conflito é, pode se dizer, evitado, escamoteado, como no caso da reportagem sobre a dramaturgia telenovelistica brasileira, ou no caso do silêncio paulistano sobre uma candidata irmã dos discriminados nordestinos e o candidato negro.

Em segundo lugar, constata-se, também, a visível confusão entre a descrição da situação de pobreza da maioria dos negros e dos mestiços e a associação e identificação naturalizante entre negros e a marginalidade: sexo, droga, jazz e maioria negra, assinala a *Marie Claire*, assim como a *Folha de S. Paulo* se cala não somente sobre a cor de Celso Pitta, mas, durante a campanha eleitoral, o jornal se cala sobre a situação vivida pela maioria dos negros paulistanos.

Em terceiro lugar, e do ponto de vista político, aparece a associação entre pobre / pobreza do negro e do negro-mestiço com o não-ser ou ser sem potência e sem voz – aquele que pode, sem pudor algum, ser substituído por uma interpretação feita pelo redator ou pelo repórter.

A naturalização da discriminação racista do negro, o esforço de tornar invisível o negro, a narrativa do negro como um ser-sem-história, do negro socialmente isolado e do negro sem voz e sem vontade (impotência), aparece na transformação da denúncia do racismo em queixume, resmungo, berreiro ou em cisma, já que o negro sem história e sem identidade cultural, ao vestir uma bata africana incorreria em “cisma”.

Assim, o negro inviabilizado, tornado ser-sem-história, socialmente isolado, sem voz e sem vontade pode ser substituído por outro, o jornalista, o não-negro autorizado a falar sobre o negro. Autoridade dada pelo discurso racista que possibilita essas interpretações sobre as ações, os movimentos e as declarações do negro, do mestiço ou do outro.

Essa autoridade de se falar sobre e pelo negro, de interpretá-lo, de associar denúncia e queixa legítima contra a discriminação em berreiro e resmungo presentifica a sociabilidade racista, na produção jornalística, como arquivo donde se retira a angulação da escrita que desclassifica o negro como sujeito de seu destino e de possível destinação e, também, associabilidade racista como equipamento ou dispositivo que permite silenciar e tornar invisível o sujeito negro, sua presença social e sua dimensão histórica.



ABSTRACT

The following article is adapted from the first chapter of my research *Press and racism in Brazil*. It analyses the relationship between ethnicity and the media and discusses how the press portrays the black, who are usually presented as invisible and silenced.

KEY WORDS

journalism, ethnicity, racial democracy, racism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- D'AMARAL, Márcio T. *O homem sem fundamentos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.
- DÓRIA, Francisco. *Os herdeiros do poder*. Rio de Janeiro: Revam, 1996.
- ELBEIN SANTOS, Juana dos. *Os nagô e a morte*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- ELBEIN SANTOS, Juana dos. *Ancestralidade africana no Brasil – Mestre Didi 80 anos*. Salvador: Secneb, 1997.
- FRANCISCO, Dalmir. *Imprensa e racismo no Brasil (1988 / 1998): a construção mediática do negro na imprensa escrita brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2000, 280p. il. Tese. Doutorado.
- FRANCISCO, Dalmir. Negro, etnia, cultura e democracia. In: SANTOS, Joel Rufino dos (Org.) *Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN/Ministério da Cultura, n. 25, p. 164-197, 1997.
- FRANCISCO, Dalmir. *M+ S + SH / K + D - ou Locução radiofônica*. B. Horizonte: FAFICH / UFMG, 1989 (mimeo.)
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981A.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. (v. I e v. II). Rio de Janeiro: José Olympio, 1981B.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições. Loyola, 1992.
- HEIDEGGER, M. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HEIDEGGER, M. La época de la imagen del mundo. In: HEIDEGGER, M. *Sendas Perdidas*. B. Aires: 1957.
- HEIDEGGER, M. *Heráclito – a origem do pensamento Ocidental*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LUZ, Marco Aurélio. *Cultura negra e ideologia do recalque*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LARKIN NASCIMENTO, Elisa. *Pan-africanismo na América do Sul*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- OLIVEIRA VIANA. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

- OLIVEIRA VIANA. *Instituições políticas do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1987 (v.I e v.II).
- SANTOS, Deoscóredes M. dos. *História de um terreiro nagô*. São Paulo: Max Limonad, 1988.
- SARTRE, J. P. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difel, 1960.
- SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade - a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Muniz. *Santugri - histórias de mandiga e capoeiragem*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.
- SODRÉ, Muniz. e FERRARI, Maria H. *Técnica de redação*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- SODRÉ, Muniz. e FERRARI, Maria H. *Técnica de reportagem*. São Paulo: Summus, 1986.
- VÁTTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio D'água, 1992.